

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC)

Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis

(DPCS)

TINNA EVANGELISTA DE OLIVEIRA

**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PRODUÇÃO E
CONSUMO SUSTENTÁVEIS**

Brasília
2017

TINNA EVANGELISTA DE OLIVEIRA

**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PRODUÇÃO E
CONSUMO SUSTENTÁVEIS**

4º PRODUTO

Projeto de Cooperação Técnica
Programa das Nações Unidas para o
Meio Ambiente (PNUMA) nº 61-P7
(Brazil Project): “Produção e Consumo
Sustentáveis”.

Brasília
2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
OBJETIVOS DO 4º PRODUTO	05
METODOLOGIA	07
1.	Site
DPCS	08
2. Plataforma ODS	40
3.	Área de
Comunicação	46
CONCLUSÃO	51

INTRODUÇÃO

Comunicar para mobilizar: esse é o foco do quarto produto da consultoria do Projeto de Cooperação Técnica “Produção e Consumo Sustentáveis”. E nada mais adequado do que utilizar os meios tecnológicos para isso. Um bom site institucional é o principal passo e faz toda diferença para disseminar as informações oficiais.

O site do Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS) precisa se tornar uma referência quando o assunto for Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil. Não apenas para que se conheça o que o governo federal tem feito sobre o tema, mas, também, para que cada cidadão identifique o respectivo papel nesse processo de mudança. A sociedade precisa se sentir, cada vez mais, envolvida, além de auxiliar a cobrar daqueles que ainda estão precisando de engajamento.

Outras mídias digitais, como as plataformas *onlines*, são ferramentas ainda mais modernas e que garantem a mobilização. Para que isso seja viável, são necessários profissionais qualificados para garantir um trabalho eficaz. Portanto, o último produto vem abordar justamente esses aspectos no âmbito do DPCS.

OBJETIVOS DO 4º PRODUTO

O quarto produto do Projeto de Cooperação Técnica Produção e Consumo Sustentáveis (PCS), chamado de “Complementação da Estratégia de Comunicação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)”, cumpre objetivos específicos e distintos. Com base no Termo de Referência inicial, houve reformulação do item A-4 sobre a “elaboração de estratégias para construção e dinamização da Rede PCS”, para “elaboração de subsídios para construção da Plataforma dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)”.

Os outros itens permaneceram (A-3 a A-7), que são: 3 - estratégias para o portal do PPCS na internet e mecanismos de monitoramento da eficácia dos mesmos; 5 - estratégias para maximizar a utilização das ferramentas de comunicação atualmente disponíveis no Ministério do Meio Ambiente (MMA); 6 - proposta de novas ferramentas de comunicação; 7 - identificar a necessidade de recursos tecnológicos e humanos para implementação da Estratégia de Comunicação, separadamente para o item 2 (segundo produto) e para os itens de 3 a 6 acima.

Como foi preciso repactuar os dois últimos produtos da consultoria, alguns ajustes foram feitos com o fim de atender melhor às atuais necessidades e prioridades do Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS). Por isso, este quarto produto ficou dividido em três grandes blocos:

- 1) Diagnóstico, reformulação de conteúdo e produção de novos textos para o portal do DPCS (item A-3);
- 2) Proposta para criação de uma Plataforma ODS 12 (item A-4); e
- 3) Levantamento de mecanismos de comunicação para o DPCS (que contemplam os itens de A-5 a A-7).

O primeiro tópico tem como objetivo dar continuidade à reformulação do site do DPCS. A proposta é adaptar o material existente e criar um conteúdo

atual, com informações acessíveis e de relevância para o cenário atual do Departamento.

O segundo tópico propõe a criação de uma Plataforma que reunirá experiências em ODS, em especial o ODS 12, pelo Brasil. Essa Plataforma é um mecanismo moderno que possibilita o conhecimento do que está sendo feito no país com vistas ao cumprimento do ODS 12. Essa ferramenta servirá, também, para mobilização do tema.

O terceiro tópico lista uma série de iniciativas que o DPCS pode adotar para melhorar a comunicação do Departamento e, conseqüentemente, da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). Tratar a comunicação de forma prioritária fará a diferença nos resultados que o órgão almeja a curto, médio e longo prazo.

METODOLOGIA

Para a execução das ações descritas nos objetivos foi realizada uma série de pesquisas. A meta foi buscar referências para conferir autoridade nos assuntos abordados. Além disso, foram realizadas duas reuniões para tratar o desenvolvimento deste projeto.

A primeira reunião foi entre a consultoria e a área técnica, com o objetivo de adequar o projeto às necessidades atuais do DPCS. A segunda foi da área técnica com a ASCOM e com a consultoria para atualizar e demandar o que estava faltando no site. Para essa reunião, foi realizado, pela consultoria, um diagnóstico do site. Durante o encontro, alguns itens já foram solucionados.

Para a proposta de criação da Plataforma ODS, foram utilizadas referências de bancos digitais existentes e adicionados exemplos de ações que poderão fazer parte da iniciativa. No tocante à proposta de estruturação de uma área de comunicação no DPCS, utilizou-se, como base, um Núcleo de Comunicação já estruturado, além de incluir a percepção desta consultoria sobre a necessidade do departamento e da secretaria.

4º PRODUTO

- **Diagnóstico, reformulação de conteúdo e produção de novos textos para o portal do DPCS (item A-3):** após reunião realizada com a área técnica do DPCS e com a ASCOM do MMA, foram definidos quais tópicos a consultoria deveria propor um novo formato. Seguem abaixo as mudanças sugeridas.

O site do DPCS está passando por uma readequação de formato e conteúdo, assim como as páginas de outras áreas do MMA já passaram. A meta é ter um conteúdo atrativo sobre as políticas desenvolvidas pelo órgão, de forma organizada e atualizada.

O novo formato do portal inclui sete grandes contêineres: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); Agenda 2030; Estudos em PCS, Consumo Sustentável, PPCS, Agenda Internacional e Governança PPCS. Os contêineres “A3P”, “Agenda 2030” e “Estudos em PCS” já estão finalizados, inseridos no site, e, portanto, não serão tratados neste produto. Segue abaixo o conteúdo dos contêineres restantes:

1) Consumo Sustentável: no site, esse contêiner está apenas com o texto sobre o mês do Consumo Consciente – Outubro. Esse texto fará parte de uma lista que assuntos abordados pelo bloco. Constarão informações sobre as campanhas (já realizadas e atuais); histórico e relatório do GT de sacolas plásticas; dicas de consumo consciente; parcerias; além dos dados sobre o Mês do Consumo Consciente.

Os textos desse bloco foram adaptados do antigo site do DPCS, com atualizações e novos direcionamentos. O material trabalhado foi feito com base em conteúdo e arquivos enviados pela analista Vana Tercia. Segue abaixo a descrição e o conteúdo de cada um.

- **Texto de abertura**

A Agenda 21 Global, assinada na Rio 92, traz em seu [Capítulo 4](#) a relevância em se atentar para o consumo como causador de diferentes impactos ambientais e sociais.

O Consumo Sustentável envolve a escolha de produtos que utilizam menos recursos naturais em sua produção, que garantem emprego decente aos que os produzem, e que são facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível. Consumimos de maneira sustentável quando nossas escolhas de compra são conscientes, responsáveis, com a compreensão de que terão consequências ambientais e sociais – positivas ou negativas.

Mudança de comportamento é algo que leva tempo e amadurecimento do ser humano, mas é acelerada quando toda a sociedade adota novos valores. O termo “sociedade de consumo” foi cunhado para denominar a sociedade global baseada no valor do “ter”. No entanto, o que observamos agora são os valores de sustentabilidade e justiça social fazendo parte da consciência coletiva, no mundo e também no Brasil. Este novo olhar sobre o que deve ser buscado por cada um promove a mudança de comportamento, o abandono de práticas nocivas de alto consumo e desperdício, além de adoção de práticas conscientes de consumo.

Consumo consciente, consumo verde, consumo responsável são nuances do Consumo Sustentável, cada um focando uma dimensão do consumo. O consumo consciente é o conceito mais amplo e simples de aplicar no dia-a-dia: basta estar atento à forma como consumimos – diminuindo o desperdício de água e energia, por exemplo – e às nossas escolhas de compra – privilegiando produtos e empresas responsáveis. A partir do consumo consciente, a sociedade envia um recado ao setor produtivo de que quer que lhe sejam ofertados produtos e serviços que tragam impactos positivos ou reduzam significativamente os impactos negativos no acumulado do consumo de todos os cidadãos.

O consumo e a crise econômica

Nossa população cresceu – segundo o IBGE, hoje somos mais de 202 milhões em 2017 – e estamos passando, no momento, por uma crise econômica, em que tivemos que tirar o pé do acelerador do consumo e repensar nosso modo de consumir. Por outro lado, o desemprego e a desaceleração da produção levaram os empresários a repensar e otimizar seus métodos de produção.

Vivemos um momento singular em nossa história, no qual estamos passando por momentos de escassez hídrica e eventos extremos, consequência das mudanças climáticas, entre outros fatores. É o momento de reforçar o pensamento que cada atitude individual tem impacto no coletivo. O consumo consciente desperta essa responsabilidade em cada um e chama para uma mudança inadiável. Não é à toa que esse é o tema de um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): (12) [Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis](#).

- Campanhas de Conscientização

Quebrando hábitos e transformando culturas

A SAIC vem trabalhando desde 2009 com campanhas de conscientização, visando a informar a população sobre seus hábitos de consumo e como eles podem impactar direta e muitas vezes negativamente o meio ambiente. As campanhas têm como objetivo sensibilizar e mobilizar o cidadão para que haja uma mudança de comportamento em seu estilo de vida. Elas trazem informações qualificadas e atuais, alternativas de uso e alerta sobre a questão.

Outubro – mês do Consumo Consciente (*texto que já está no portal*).

O Ministério apoia as seguintes campanhas

Histórico de Campanhas

✓ Campanha sobre Consumo Consciente de Embalagem

Em 2008, o Ministério do Meio Ambiente lançou uma campanha sobre Consumo Consciente de Embalagem. Na Semana do Consumidor (10 a 15 de março de 2008), foi inaugurada a exposição **Boas Práticas e Inovações em Embalagens**, em Brasília, no Shopping Pátio Brasil, com o intuito de fazer com que o consumidor reflita sobre a quantidade de embalagens dos produtos que consome no dia-a-dia.

[Confira mais informações sobre a Campanha e a Exposição](#) (obs: não apagar as informações contidas no site, pois serão remetidas a esse link)

✓ **Campanha Saco é um Saco**

Campanha de conscientização realizada pelo Ministério do Meio Ambiente e parceiros, promoveu, em 2009, uma mobilização pelo consumo consciente de sacolas plásticas. Em 10 meses, a campanha possibilitou que cerca de 600 milhões de sacolas plásticas tivessem seu uso evitado em todo o território nacional.

[Conheça o site da campanha Saco é um Saco](#)

✓ **Campanha Separe o Lixo e Acerte na Lata**

A campanha nacional lançada em 2011 pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, buscou conscientizar a população brasileira a separar corretamente o lixo e ajudar na geração de renda e emprego, além da preservação dos recursos naturais.

[Saiba mais sobre a campanha no site Separe o Lixo e Acerte na Lata](#) (obs: esse é o link correto da campanha e não os outros dois que estão no site)

- GT Sacolas Plásticas

Instituído em 2012, pela portaria MMA nº 404, o Grupo de Trabalho Sacolas Plásticas foi formado para estudar e propor alternativas ao uso excessivo de sacolas plásticas no país. Composto por representantes do governo, empresas e sociedade civil, o GT realizou seis reuniões ao longo de 2013.

[Acompanhe aqui todos os detalhes do GT](#) (obs: deixar esse link como a memória do Grupo).

- **Dicas de Consumo Consciente** (foram reunidas várias “dicas soltas” pelo site, além de criado um novo formato com postagens do Facebook do MMA.)

- **Texto de abertura:**

Você se considera um consumidor consciente?

Consumidor consciente é aquele que:

- ✓ Leva em conta, ao escolher os produtos que compra, o meio ambiente, a saúde humana e animal, as relações justas de trabalho, além de questões como preço e marca.
- ✓ Sabe que pode ser um agente transformador da sociedade por meio do seu ato de consumo, pois compreende que os atos de consumo têm impacto e que, mesmo um único indivíduo, ao longo de sua vida, produzirá um impacto significativo na sociedade e no meio ambiente.
- ✓ Busca o equilíbrio entre a sua satisfação pessoal e a sustentabilidade, maximizando as consequências positivas e minimizando as negativas de suas escolhas de consumo, não só para si mesmo, mas também para as relações sociais, a economia e a natureza.
- ✓ Procura disseminar o conceito e a prática do consumo consciente, fazendo com que pequenos gestos realizados por um número muito grande de pessoas promovam grandes transformações.
- ✓ Valoriza as iniciativas de responsabilidade socioambiental das empresas, dando preferência às companhias que mais se empenham na construção da sustentabilidade por meio de suas práticas cotidianas.

O consumo consciente pode ser praticado no dia-a-dia, por meio de gestos simples que levem em conta os impactos da compra, uso ou descarte de produtos ou serviços, ou pela escolha das empresas da qual comprar, em função de seu compromisso com o desenvolvimento socioambiental. Assim, o consumo consciente é uma contribuição voluntária, cotidiana e solidária para garantir a sustentabilidade da vida no planeta.

Box: Consumo Consciente de Embalagens (os dados sobre esse tema ficaram de ser atualizadas pela área técnica para complementar os dados).

Alternativas para o consumo de embalagens

- ✓ **Evite embalagens desnecessárias ou as reutilize sempre que possível e encaminhe as sem utilidade para reciclagem:** as embalagens dos produtos, depois de cumprirem a sua função, acabam parando no lixo. Evitando o uso de embalagens que podem ser dispensadas e aumentando a reciclagem, é possível não apenas reduzir de forma significativa o consumo dos recursos naturais, como também diminuir bastante o volume de lixo. Optar por fazer compras a granel, ou seja, que os produtos sejam embalados na quantidade que o cliente quer, na hora, é uma opção interessante, pois diminui a geração de resíduos.
- ✓ **Utilize sacolas retornáveis:** adotar uma sacola retornável significa reduzir seu consumo de sacolas plásticas para transportar suas compras e, conseqüentemente, a quantidade de resíduos plásticos que produz.
- ✓ **Prefira produtos com embalagens retornáveis ou refis:** escolha embalagens refis que utilizem menos matéria-prima para sua fabricação, que sejam recicláveis ou feitas de material reciclado. Outra opção é utilizar vasilhames retornáveis, pois atenuam a compra de garrafas descartáveis (PET, por exemplo), que são utilizadas apenas uma vez, diminuindo assim a quantidade de resíduos gerados. Mas essa opção só é mais sustentável se houver balanço energético (quando a fábrica onde será reenvasado o produto não ficar muito longe do local de venda e o processo de higienização consumir uma quantidade racional de água).

Soluções

- ✓ **Reciclagem:** conjunto de técnicas de reaproveitamento de materiais descartados, reintroduzindo-os no ciclo produtivo. É uma das alternativas de tratamento de resíduos sólidos (lixo) mais vantajosas, tanto do ponto de vista ambiental quanto social: ela reduz o consumo de recursos naturais, poupa energia e água, diminui o volume de lixo e dá

emprego a milhares de pessoas. É um processo industrial que começa em casa, com a correta separação desses materiais.

- ✓ **Compostagem:** técnica que permite a transformação de restos orgânicos (sobras de frutas e legumes e alimentos em geral, podas de jardim, trapos de tecido, serragem etc.) em adubo. É um processo biológico que acelera a decomposição do material orgânico, tendo como produto final o composto orgânico. Também é uma forma de recuperar os nutrientes dos resíduos orgânicos e levá-los de volta ao ciclo natural, enriquecendo o solo para agricultura ou jardinagem. Além disso, é uma maneira de reduzir o volume de lixo produzido pela sociedade, destinando corretamente um resíduo que se acumularia nos lixões e aterros, gerando mau-cheiro e a liberação de gás metano (gás de efeito estufa 23 vezes mais destrutivo que o gás carbônico) e chorume (líquido que contamina o solo e as águas).

- ✓ **Racionalização das embalagens:** nada mais é que o somatório de diversos fatores a serem repensados, como: superdimensionamentos; recipientes com excesso de proteção; diversidade de materiais, o que dificulta a reciclagem; excessivos recursos e pigmentos gráficos; entre outros. É importante nesse processo idealizar a embalagem como item agregador de valor e segurança ao produto, e ainda permitir seu reuso ou minimizar o impacto em seu descarte.

- ✓ **Ecodesign:** é todo o processo que contempla os aspectos ambientais, onde o objetivo principal é projetar ambientes, desenvolver produtos e executar serviços que de alguma maneira irão reduzir o uso dos recursos não-renováveis ou ainda minimizar o impacto ambiental dos mesmos durante seu ciclo de vida. Isto significa reduzir a geração de resíduo e economizar custos de disposição final.

BOX: Os R's da Sustentabilidade *(dicas adaptadas das postagens do perfil do MMA no Facebook)*

REciclar, REutilizar, REpensar, REduzir, REcusar e REsponsabilizar-se: os Rs da sustentabilidade são ações simples que reduzem o impacto no meio ambiente e inserem a mudança de comportamento de consumo e sustentabilidade para a população.

Confira algumas dicas:



- Ao consumir frutas da época, você economiza dinheiro e ajuda o meio ambiente. Elas seguem o processo natural de nascimento e amadurecimento, sem precisar de estufas, adubagem, sementes modificadas e outros processos artificiais, além de estarem mais disponíveis no mercado, o que faz o preço cair. Confira as frutas de cada estação =><http://goo.gl/UhU3Oc>



- Economize água!
Não gaste tanto tempo no banho.



- Ao longo de um ano, se 1% dos brasileiros desligar o computador todo os dias apenas na hora do almoço a energia economizada evitaria a emissão equivalente ao carbono absorvido por 30 mil árvores da Mata Atlântica.
Não está usando? Vai sair para almoçar? Então, desligue o computador. Além de economizar energia e emitir menos CO², você também economiza no bolso.

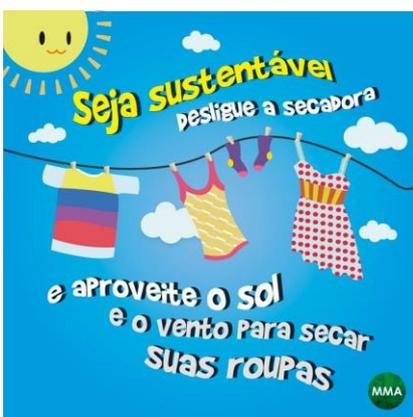


- Limpar a calçada? Nada de mangueira, hein?!



- Economize energia!

Movimentar o próprio corpo é bem melhor do que o sobe e desce dos elevadores. Sempre que possível, vá de escada, economize energia e mantenha a saúde em dia!



- Que tal mudar os hábitos?

Pendure as roupas no varal em vez da secadora, mesmo que você more em apartamento. O sol e o vento natural vão deixar a sua roupa sequinha de qualquer forma. Vida sustentável gera economia no bolso.

Lembrete: colocar roupas para secar atrás da geladeira consome energia extra.



- Passar roupa?

Chega uma hora em que é preciso pegar a tábua, o ferro e passar as roupas. Então, se liga nas dicas que, combinadas, fazem uma super economia de energia e de tempo:

1. Separe as roupas por tipo de tecido e use a temperatura correta para cada uma, começando da menor temperatura para a maior. Primeiro, passe os tecidos sintéticos e, depois, os tecidos mais difíceis de passar, como algodão e linho.
2. Escolha um dia da semana e passe todas as roupas. Assim, você liga o ferro apenas uma vez.
3. Você realmente precisa passar todas essas peças de roupas? Alguns tecidos podem ser “passados” naturalmente, sem o uso do ferro. Por exemplo, camisetas podem ser penduras nos cabides após a lavagem e, após secarem, já estão prontas para vestir!



- Fique atento aos vazamentos!

Um buraco de milímetros em um cano desperdiça 96 mil litros de água em um mês, praticamente o equivalente a dez carros pipa, sabia?

Conserte vazamentos, economize água e ajude o meio ambiente!



- Acordou, almoçou, comeu aquela salada e agora vai escovar os dentes? Então, nada de deixar a torneira aberta, hein! Desperdício não combina com sustentabilidade.

IMPORTANTE: verifique se a torneira, mesmo fechada, não está pingando. Ao longo de um ano esse pinga-pinga de gotinhas pode desperdiçar pelo menos 16 mil litros de água limpa e tratada (pode ser

o equivalente a R\$1200 na sua conta).



- Bateu aquela fome e a primeira ideia é? Abrir a geladeira! Abre, olha, fecha, procura no armário, volta para a geladeira.

Mas, esse abre e fecha não é nada sustentável, pois faz com que o ar quente que está fora entre e, assim, o motor é obrigado a gastar mais energia para resfriar.

Por isso, abra a geladeira apenas quando necessário e seja breve. Aproveite para guardar tudo o que precisa de uma vez só!



- Usar o vaso sanitário como lixeira ou cinzeiro gera um desperdício de água enorme. A cada acionamento da descarga são gastos de 6 a 10 litros de água.

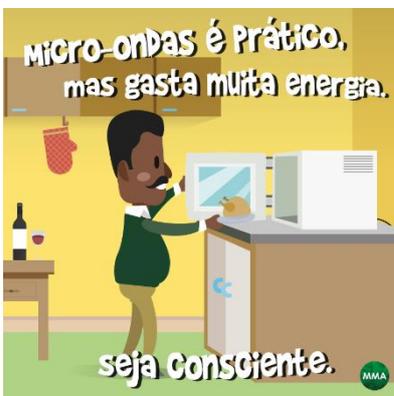
É simples mudar isso. Para descartar resíduos, use a lixeira. Consciência ambiental é um hábito, pratique!



- Supermercado e todas aquelas guloseimas são mesmo uma tentação. É pão, bala, chocolate, bolo e mais um monte de coisa boa. Por isso, se liga nessas dicas:

1. Faça uma lista com itens que você realmente precisa comprar e vá direto às seções do que você precisa
2. Alimente-se antes de ir às compras. Andar pelo

supermercado com fome faz com que você compre muitos produtos por impulso e sem necessidade.



- A vida moderna trouxe muitas vantagens. Diz aí quem não acha que o micro-ondas é uma delas?!

Mas, será mesmo que é preciso usá-lo para tudo? Faça um planejamento.

Há outras formas de descongelar alimentos, por exemplo. Essa ação no micro-ondas consome muita energia. Descongelar a comida naturalmente é uma atitude sustentável!



- Fio na tomada não é sustentável. Quando os aparelhos não estiverem em uso, lembre-se sempre de tirar o fio da tomada.

Isso reduz o consumo de energia e ainda abaixa o valor da sua conta de luz. Pequenas práticas fazem toda a diferença.



- Vai como? Deixar o carro em casa e movimentar o corpo é sempre uma ótima opção. Pode ser um passeio com os amigos, com a criançada ou mesmo sozinho. Além de fazer bem à saúde, você ajuda a reduzir a emissão de CO₂, o gás causador do aquecimento global. Movimente o mundo pra melhor!

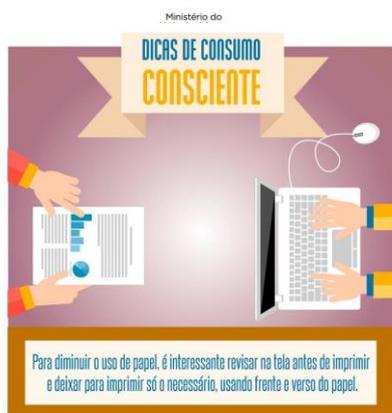


- Tá de férias? Tá sobrando um tempinho? Que tal separar aquelas coisas que não usa mais e fazer uma doação? Ou tirar uma parte do dia para ajudar alguém?

Lembre-se: doar é uma ação sustentável



- Você sabia que o copo descartável demora cerca de 200 anos para se decompor? Então, na hora de programar aquela festinha, tente evitar os descartáveis. O meio ambiente agradece.



- Tá precisando mesmo imprimir? Então, use a frente e o verso da folha.



- Ser sustentável é também evitar que mão-de-obra infantil ou escrava seja utilizada na confecção de algum produto. Isso é crime e você deve denunciar.



Ministério do
Meio Ambiente

- Será que você tá precisando mesmo trocar de celular? Pense sustentável e espere mais um pouquinho.



Ministério do
Meio Ambiente

- Tá afim de dar uma renovada no look? Então, aproveita que ser sustentável está na moda e invista em customização e roupas de brechó. Assim, você economiza dinheiro e cuida do meio ambiente.



Ministério do
Meio Ambiente

- Mais uma super dica de Consumo Consciente. Pegue aquela garrafinha ou squeeze no fundo do armário e use-a para se hidratar. Nada de descartável, heim?!



Ministério do
Meio Ambiente

- Ao adquirir cosméticos, prefira os produtos orgânicos. A Dica de Consumo Consciente que vai deixar você mais bonita e o meio ambiente mais conservado.



Ministério do Meio Ambiente

- Se você está pensando em dar uma animada na decoração de sua casa, reforme os móveis. Assim, você economiza e pratica o Consumo Consciente.



- Você tem roupas que não usa mais? Então, se liga nessa ideia: Compartilhe com os amigos. Em vez de fazer compras, separe as roupas, sapatos e objetos (em bom estado) esquecidos no guarda roupa, combine com a galera para fazer o mesmo e, depois, é só trocar. Vocês vão se divertir, ajudar um ao outro e voltar pra casa com peças novas, estilosas e, melhor ainda, sem gastar nada.



- Apague as luzes, levante as cortinas, abra as janelas e deixe o SOL entrar.

Durante o dia, reduza o consumo de energia; a melhor iluminação é a natural.



- Se você usa a máquina de lavar, se liga nessa dica. Pequenas atitudes como essa fazem de você um consumidor consciente, ao utilizar os recursos naturais de forma sustentável, e ajuda o meio ambiente. Vamos tentar? Além disso, é muito mais econômico!



- Sabe aqueles bichinhos que vivem no mar e encantam os nossos olhos quando mergulhamos ou fazemos passeios de barco? Além de lindos, eles são muito importantes e devem ser preservados. Por isso, não dê comida e não retire nenhum animal do seu habitat natural.



- Sabe aquela caminhada na praia que muitos gostam de fazer? Pode ser para apreciar a natureza, manter o corpo saudável ou mesmo para economizar no transporte. Mas fique atento: vá pelos caminhos indicados para esse tipo de prática e não pise em plantas. Conserve a natureza e mantenha o meio ambiente saudável!



Vai curtir uma praia nesse verão? Lembre-se sempre dessas práticas:

- Recolha o lixo que você produz (garrafas, palitos de picolé etc.) e jogue na lixeira mais próxima.
- Respeite as placas de sinalização espalhadas pelo local.
- Não retire animais do seu ambiente natural e não arranque ou pise em plantas - Respeite a natureza.



- Palito de picolé, guardanapo, latinhas, garrafas, saquinhos de salgado. Os resíduos que produzimos quando estamos na praia são muitos. É muito importante que eles não sejam jogados no mar ou na areia. Então, o que fazer? É simples: guarde tudo

com você até encontrar a lixeira mais próxima. Lugar de lixo é na lixeira!

- Parcerias

O DPCS também é apoiador de campanhas em prol da sustentabilidade.

- ✓ **Campanha Global Mares limpos:** o Brasil aderiu à iniciativa encabeçada pelas Nações Unidas para combater o lixo nos oceanos. A campanha tem o objetivo de promover, durante cinco anos, ações para conter a maré de plásticos que invade os oceanos.

2) Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS): para esse contêiner foram aproveitadas as informações que já constam do site, complementadas com dados do segundo ciclo, usando como base os relatórios do primeiro ciclo e as diretrizes para implementação do segundo ciclo (apenas a versão preliminar, que foi a que essa consultoria teve acesso). O primeiro produto desta consultoria também foi usado como material de apoio.

- Texto de abertura

O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em 23 de novembro de 2011, é o documento "vertebrador" das ações de governo, do setor produtivo e da sociedade, que buscam direcionar o Brasil para padrões mais sustentáveis de produção e de consumo.

O Plano articula as principais políticas ambientais e de desenvolvimento do País, em especial as Políticas Nacionais de Mudança do Clima e de Resíduos Sólidos, auxiliando no alcance de suas metas por meio de práticas produtivas sustentáveis e da adesão do consumidor a este movimento.

O PPCS é um plano dinâmico, vivo e que deve ser apropriado pela sociedade em geral. Sua implementação é progressiva, refletindo os avanços em outras políticas públicas e o amadurecimento da sociedade brasileira.

Para orientar sua implementação, o PPCS contempla uma série de ações, com enfoque participativo e de comunicação. Assim, todos têm a oportunidade de engajar-se nesse processo como agentes de transformação, seja fortalecendo

e conferindo escala às ações em curso, seja desenvolvendo novas iniciativas voltadas à produção mais limpa e ao consumo sustentável. Utilizar lideranças como exemplo para estimular a replicação e ganho de escala, que afete a cadeia produtiva como um todo, também é parte da estratégia.

- PRIMEIRO CICLO

Em seu primeiro ciclo, de 2011 a 2014, o PPCS teve seus esforços focados em seis áreas principais:

- Educação para o Consumo Sustentável
- Varejo e Consumo Sustentável
- Aumento da reciclagem
- Compras Públicas Sustentáveis
- Construções Sustentáveis
- Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

A escolha destas áreas foi estratégica para o alcance dos objetivos, pois, articuladas, buscavam promover um rápido avanço em direção a práticas mais sustentáveis de produção e consumo. Dentro do Plano, estão elencados como instrumentos de implementação os [Pactos Setoriais](#), as [Ações Governamentais](#), as [Iniciativas Voluntárias](#), [Ações de Parceria](#), e as [Forças-Tarefa](#). Estes são alguns dos instrumentos deste novo modelo de desenvolvimento que se propõe através do PPCS, abarcando ações públicas e privadas, individuais ou em parceria.

Veja também:

- [Sumário Executivo](#)
- [Subsídios para Elaboração](#)

Resultados do 1º Ciclo (*incluir o link para a publicação [Relatório do Primeiro Ciclo de Implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis](#) – que no site do MMA só está disponível para download*).

No segundo semestre de 2014, foi elaborado um relatório de implementação do

PPCS, que consolidou as medidas e iniciativas que contribuíram com os esforços de modificação dos padrões de produção e consumo no Brasil no 1º ciclo de implementação do Plano, cobrindo o período entre 2011 e 2014. O documento também apresentou alguns desafios e oportunidades, que sinalizavam aperfeiçoamentos, além de novas ações, parcerias e iniciativas para fortalecer a implementação do Plano em seu 2º ciclo e, com isso, o compromisso brasileiro com o desenvolvimento sustentável.

A implementação do PPCS foi estruturada em ciclos de quatro anos, definindo, e eventualmente atualizando, suas prioridades de acordo com a evolução dos padrões de ecoeficiência da economia brasileira e de novos engajamentos do País a compromissos globais.

No primeiro ciclo, no item “Educação para o Consumo Sustentável”, por exemplo, foram realizados cursos semipresenciais e a distância, publicações digitais, além de iniciativas de informação e comunicação que abarcaram campanhas de conscientização e mobilização, e a realização de estudos e pesquisas.

As compras públicas sustentáveis também avançaram ao longo dos 4 anos cobertos pelo primeiro ciclo, pois saíram de R\$ 13,5 milhões para uma participação de R\$ 40,4 milhões nas aquisições da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, o que significou um crescimento de 200% em 2013, em relação a 2010.

Já o programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) duplicou o número de parceiros no período entre 2011 e 2014, tanto em adesões formais - 118 novos Termos de Adesão -, como na Rede A3P - 900 novos membros, totalizando 1.300 instituições cadastradas.

Confira no documento final os desdobramentos de cada eixo temático.

- **SEGUNDO CICLO** *(incluir a versão final do documento de Diretrizes para Implementação do 2º Ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis -PPCS 2016-2020- que ainda não está disponível em nenhum meio digital).*

O 2º Ciclo do PPCS, que compreende o período de 2016-2020, está passando por um processo de atualização e revisão. O intuito é continuar fomentando dinâmicas e ações que mudem o atual paradigma de produção e consumo, de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável da regional e global para a implementação de padrões mais sustentáveis de produção e de consumo no Brasil.

Essa segunda etapa traz 10 eixos temáticos, que são o resultado da avaliação dos avanços realizados na primeira fase e da consideração dos contextos atuais, nacional e internacional. Também foram considerados os desafios trazidos pela Agenda 2030, além de outros desafios relacionados ao uso eficiente e sustentável de recursos e insumos, e a proteção ambiental.

Confira cada eixo temático abaixo e mais detalhes sobre cada um na publicação **Estratégia de Implementação do 2º Ciclo do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis**

EIXO TEMÁTICO	ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS CENÁRIOS DESEJADOS
<p style="text-align: center;">COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS</p>	1) Fortalecimento da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
	2) Criação de um fórum permanente de diálogo entre os setores público e privado para promover o debate sobre o tema de produção e consumo sustentáveis;
	3) Definição e utilização de metodologias de mensuração e verificação dos critérios de sustentabilidade para produtos e serviços, em parceria com o setor privado e academia;
	4) Alinhamento das ações realizadas pelos governos federal e estaduais sobre compras públicas sustentáveis;
	5) Proposição de melhorias do arcabouço jurídico;
	6) Construção, de forma colaborativa, de rótulos, selos e normas com critérios ambientais, sociais e econômicos;
	7) Fomento à adoção de critérios de sustentabilidade em sua cadeia produtiva pelas empresas de grande porte;
	8) Conscientização da importância de incorporar a perspectiva socioambiental nas contratações públicas e privadas;
	9) Capacitação continuada de todos os envolvidos nas contratações públicas sustentáveis;
	10) Apoio à implementação de um sistema de informação para compras públicas sustentáveis.
<p style="text-align: center;">FINANÇAS SUSTENTÁVEIS</p>	1) Implementação e melhoria contínua de sistemas de gestão socioambiental;
	2) Aprimoramento e disseminação das melhores práticas de avaliação e mensuração de impactos sociais e ambientais;
	3) Realização de programas de treinamento e assistência técnica para formação de equipes qualificadas no sistema financeiro para avaliar e monitorar os riscos sociais e ambientais dos negócios;
	4) Desenvolvimento de iniciativas em políticas de estado e fiscais que estabelecessem os preços de atividades/produtos/serviços segundo seu impacto socioambiental, com tributação diferenciada,

	incentivos e regulação específica;
	5) Criação, em parcerias bancos/setor público, de novos instrumentos econômicos (benefícios financeiros, creditícios, etc) que viabilizem projetos socioambientais de longo prazo;
	6) Desenvolvimento dos mercados de carbono e energia, buscando a regulação desses mercados;
	7) Estimulo à criação, fortalecimento e ampliação de fundos socialmente responsáveis;
	8) Estimulo à criação, fortalecimento e ampliação de programas de microcrédito;
	9) Estímulo à criação de linhas de crédito, benefícios e incentivos fiscais para o desenvolvimento de tecnologias mais limpas;
	10) Estímulo ao desenvolvimento e oferta de seguros ambientais;
	11) Definição de critérios socioambientais para financiamentos e repasses de recursos públicos para projetos e obras;
	12) Estímulo a adoção da ABNT NBR 16001- Responsabilidade Social - Sistema de Gestão requisitos.
INDÚSTRIA SUSTENTÁVEL	1) Otimização do consumo de matérias-primas;
	2) Otimização do consumo de energia;
	3) Redução da emissão de gases de efeito estufa, seguindo as diretrizes do Plano Indústria;
	4) Intensificação da reutilização e da reciclagem de materiais;
	5) Maximização do uso sustentável de recursos renováveis;
	6) ; Melhoria dos atributos ambientais dos produtos
	7) Fomento a uma transição gradual para o modelo de economia circular.
	8) Potencializar os canais de comunicação com as partes interessadas e disseminação de boas práticas socioambientais
CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL	1) Fomento ao desenvolvimento do Programa PBQP-H para garantia da qualidade dos produtos e serviços da Construção Civil;
	2) Fomento ao desenvolvimento do PBE Edifica, no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE, para a etiquetagem voluntária do nível de eficiência energética de edifícios comerciais, de serviços e públicos;
	3) Fomento à parceria com Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, municípios e estados para a ampliação dos critérios de sustentabilidade nas habitações de interesse social;
	4) Apoio e fortalecimento do Projeto Esplanada Sustentável (PES);
	5) Apoio, em parceria com a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), dos programas no setor de construções sustentáveis, compreendendo: água, energia, resíduos, sistemas e materiais, mudanças climáticas, desenvolvimento humano, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento urbano;
	6) Apoio a programas no setor construção civil nos temas de ecodesign e arquitetura sustentável; eficiência energética, uso racional da água, inovação tecnológica, redução de Gases de Efeito Estufa - GEE na cadeia de produção, infraestrutura urbana, valorização do trabalhador da construção civil, treinamento e melhoria da mão de obra, gestão da qualidade e de resíduos e conservação ambiental;
	7) Apoio e participação em programas no setor de construção sustentáveis, compreendendo os seguintes temas: água, energia, resíduos, sistemas e materiais, mudanças climáticas, desenvolvimento humano, meio ambiente infraestrutura e desenvolvimento urbano;
	8) Elaboração de guias e manuais que mostrem os impactos das escolhas de materiais, componentes e sistemas em construções sustentáveis, seja em reformas ou retrofits, de modo a induzir a utilização de técnicas e materiais de menor impacto socioambiental;
	9) Elaboração de estudos e publicações que promovam a adoção de práticas sustentáveis no setor da

	<p>construção e nas edificações;</p> <p>10) Elaboração, em parceria com o CBCS/PNUMA, de estudos de referência com a metodologia de ACV e governança da área de Materiais e Componentes de Construção do PBACV (Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida), e discussão com atores estratégicos do setor, que permita a introdução acelerada de boas práticas de produção e consumo sustentáveis na cadeia produtiva da construção;</p> <p>11) Acompanhamento do desenvolvimento da indústria de reciclagem de resíduos da construção civil e a normatização dos produtos reciclados;</p> <p>12) Incentivo ao uso, por meio de linhas de crédito, financiamentos e subsídios, em edifícios e residências – prioritariamente em habitações de interesse social e obras públicas –, de sistemas de aproveitamento de energia solar, fotovoltaica e energia solar fototérmica, e energia eólica e outras formas de energias renováveis;</p> <p>13) Incentivo ao desenvolvimento de método de avaliação da acessibilidade aos sistemas de transportes em futuros empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, como recomendação ou normativa e contribuindo para a construção de cidades melhor adaptadas à sustentabilidade;</p> <p>14) Promoção de iniciativas de capacitação nos municípios com vistas a fomentar novos padrões de estruturação urbana, por meio do Plano Diretor de Mobilidade Urbana, e tendo em vista a implementação de Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana;</p> <p>15) Apoio ao aperfeiçoamento do modelo de gestão do Fundo Socioambiental - FSA CAIXA de modo a fortalecer as políticas e programas de sustentabilidade para construções;</p> <p>16) Apoio ao desenvolvimento de especificações de desempenho dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS baseado na NBR 15575;</p> <p>17) Promoção de iniciativas visando a ampliar as fontes de energia participantes do sistema de compensação: fontes renováveis e cogeração qualificada;</p> <p>18) Fomento à criação de linhas de recursos não reembolsáveis específicas para projetos de pesquisa e inovação tecnológica focados em sistemas de aproveitamento da energia solar e biogás.</p>
VAREJO SUSTENTÁVEL	<p>1) Combate às perdas e ao desperdício de alimentos;</p> <p>2) Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis;</p> <p>3) Estímulo à certificação e a selos que garantam Sustentabilidade e origem dos produtos;</p> <p>4) Diminuição das embalagens em excesso nos produtos;</p> <p>5) Apoio a produtores e fornecedores locais;</p> <p>6) Investimento em comunicação e mobilização, e envolvimento dos consumidores com a sustentabilidade;</p> <p>7) Implementação de programas de gestão dos resíduos;</p> <p>8) Ampliação do número de lojas ecoeficientes.</p>
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	<p>1) Combate ao desperdício e às perdas de alimentos;</p> <p>2) Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis;</p> <p>3) Estímulo à certificação e a selos que garantam a qualidade e origem dos produtos;</p> <p>4) Apoio a produtores e fornecedores locais, especialmente aqueles em transição agroecológica ou produção orgânica;</p> <p>5) Fortalecimento da comunicação e sensibilização;</p> <p>6) Crédito e Financiamento especialmente aqueles específicos e apropriados para a produção agroecológica;</p> <p>7) Fortalecimento e ampliação da Assistência Técnica e Extensão Rural para uma agricultura sustentável;</p> <p>8) Programas de P&D para o desenvolvimento de tecnologias para transição para agroecologia;</p> <p>9) Outras ações: controle e gerenciamento dos impactos socioambientais na produção agrícola; incentivo ao desenvolvimento de produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais; e a racionalização</p>

	da oferta de produtos, fazendo uso de entregas a granel com a redução do uso de embalagens.
CONSUMO SUSTENTÁVEL	1) Ampliação do debate para estimular padrões mais sustentáveis de consumo e sobre a (in)sustentabilidade dos atuais padrões em todos os setores da sociedade;
	2) Qualificação e divulgação de informação para subsidiar o debate sobre consumo;
	3) Ampliação do acesso aos bens, serviços e práticas sustentáveis para, além de priorizar o encorajamento para a escolha de bens e serviços mais sustentáveis, derrubar as barreiras para o acesso aos meios que possibilitem a mudança de comportamento;
	4) Identificação e incentivo a iniciativas sustentáveis inovadoras, além das práticas sustentáveis clássicas, em diversos setores da sociedade, desde iniciativas individuais ou de pequenos grupos coletivos de bairro até de pequenas, micro e grandes empresas;
	5) Regulação da publicidade e da comunicação mercadológica, e combate ao consumismo infantil para encorajar a adoção de padrões de consumo para o Desenvolvimento Sustentável.
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P -	1) Continuidade no crescimento de números de parceiros da A3P, com novos arranjos de governança e estratégias de municipalização diferenciadas, que sejam eficientes e adequadas para as distintas realidades do País;
	2) Articulação do Programa com o MPOG, com a criação, em caráter obrigatório, de unidades específicas para tratar do tema da sustentabilidade nas instituições públicas, e a criação de um Comitê Setorial para tratar da implementação da Agenda nos órgãos militares e de segurança;
	3) Fortalecimento das ações relacionadas aos eixos temáticos da A3P, especialmente no eixo de licitações sustentáveis;
	4) Criação de uma agenda permanente de cursos de capacitação, que incluam: 1) capacitação presencial e à distância, sobre os seis eixos temáticos da A3P, para as 27 unidades da federação; 2) formação de agentes multiplicadores; 3) cursos específicos de capacitação por eixo da Agenda; e 4) programa de intercâmbio entre as instituições; e ampliar as parcerias com outras instituições que promovam capacitação;
	5) Elaboração de materiais específicos de orientação da A3P por setor: a) municípios com até 50.000 habitantes; b) órgãos e entidades públicas; c) instituições financeiras; d) tribunais; e) empresas públicas; e f) universidades e institutos federais;
	6) Implantação do sistema de monitoramento online da A3P (Ressoa) e do Banco de Boas Práticas, com a publicação de relatórios regulares de impactos do Programa;
	7) Inclusão de ações da A3P junto às escolas públicas, em parceria com o MEC, para apoiar a implementação do projeto Escolas Sustentáveis;
	8) Elaboração de uma proposta de metodologia para certificação pública da A3P. A ideia é que, a partir da certificação, seja possível apoiar financeiramente projetos de sustentabilidade, ligados aos 6 eixos temáticos da A3P.
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1) Planejamento e Gestão para implementação da PNRS, em todos as esferas de governo, por meio dos planos nacional, estaduais, municipais e intermunicipais de resíduos sólidos;
	2) Coleta Seletiva dos resíduos, separados previamente na fonte geradora, como ação fundamental para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos – RSU e instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
	3) Implementação de sistemas de compostagem;
	4) Logística reversa e reciclagem, com base na responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto - fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos;
	5) Análise do Ciclo de Vida do produto – ACV, para definir o perfil ambiental do produto ou processo, bem como possibilitar que os fluxos de matéria e energia envolvidos no ciclo de vida de um bem sejam medidos e relacionados a diversas categorias de impactos ambientais.

RELATOS DE SUSTENTABILIDADE	6) Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados (previsto na Lei Federal nº 12.305/2010;
	7) Incentivo à Economia Circular e incorporação de conceitos de ciclo de vida para embalagens e produtos visando o seu aproveitamento e reciclagem após o descarte.
	1) Criação de condições para que empresas públicas que integram os Orçamentos de Investimentos da União, Estados e Municípios divulguem anualmente Relatos Corporativos de Sustentabilidade na modalidade Relate ou Explique, adotando roteiro compatível com o porte, materialidade e relevância dos impactos sociais e ambientais;
	2) Incentivo às grandes empresas de capital fechado (alterando a Lei nº 11.638/2007) e limitadas, de grande porte, a publicar informações financeiras e não financeiras;
	3) Criação de incentivos para divulgação integrada de informações não financeiras e financeiras, na modalidade Relate ou Explique, como critério para participação em compras públicas sustentáveis, política de incentivos fiscais e acesso facilitado ao crédito, licenciamento e concessões;
	4) Identificação de parâmetros de sustentabilidade setoriais e globais que permitam gerar compromissos voluntários com as associações empresariais e outras organizações da sociedade interessadas, cujo instrumento de verificação de desempenho em relação a esses compromissos sejam os Relatos Corporativos de Sustentabilidade;
	5) Utilização da capacidade de indução das agências reguladoras, considerando a aplicabilidade e a relevância quanto aos impactos sociais e ambientais dos setores regulados, para exigir e/ou recomendar a prática do Relato Corporativo de Sustentabilidade das empresas reguladas;
	6) Criação de plataforma digital, de acesso público, para disponibilizar banco de dados com as informações das organizações e dados oficiais do Governo, acolher relatos de boas práticas, documentos/materiais de divulgação, acolher acervo de informações necessárias ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), indicadores e metas, relacionados com os compromissos da base produtiva do País, com a melhoria do desempenho socioambiental e da governança das empresas, e acolher a divulgação de relatos, viabilizando o monitoramento estatístico pela sociedade e as partes interessadas;
	7) Consideração, de forma efetiva, da aplicação do sistema internacional XBRL (Extensible Business Reporting Language) - dicionário estruturado que explica o conjunto de conceitos utilizados por um país, um grupo de países ou um domínio particular (bancos, seguradoras, bolsa de valores);
	8) Adoção de medidas de estímulo ao relato das pequenas e microempresas (P&ME) na cadeia de valor das empresas públicas e privadas, por meio da modalidade Relate ou Explique, em processos compatíveis com o porte, materialidade e relevância quanto aos impactos sociais e ambientais, das P&ME;
	9) Proposição às instâncias pertinentes do Governo federal de um modelo de relato anual compatível com a natureza, materialidade, relevância e capacidade gerencial das suas organizações, bem como sua publicação no website do órgão;
10) Início de processos de diálogos com setores específicos não contemplados no GT, de modo a ampliar o processo de escuta, engajamento e construção de uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade;	
11) Estabelecimento de mecanismo de governança como instrumento de coordenação e de diálogo permanente com as partes interessadas, com o objetivo de viabilizar uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade e para uma gestão integrada de recursos financeiros e não financeiros.	

Fonte: *Estratégia de Implementação do 2º Ciclo do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis (versão preliminar)*

Outros links existentes no contêiner PPCS:

- **Processo de Marrakesh** (*texto ok, pode ser mantido*).

- **Ações** (*texto bem desatualizado e fora do contexto atual. Sugiro tirar*).
- **Rede América Latina e Caribe** (*cabe à área técnica avaliar se o texto continua de acordo com a sua importância atual*).

3) Agenda Internacional: a base da estrutura desse contêiner foi o texto enviado previamente pela analista Vana Tercia, sendo revisado e complementado por essa consultoria. Também foi sugerida a inclusão de uma linha do tempo, inspirada pelo site das Nações Unidas (*falta apenas associar à linha do tempo nacional que foi feita por outra consultoria*).

- Texto de abertura

O Brasil busca, por meio da articulação institucional e das parcerias, o cumprimento das metas e compromissos assumidos no contexto das convenções e acordos internacionais.

Para entender melhor esse contexto, observe a linha do tempo do tema PCS na agenda internacional (*layout para o site deve ser inspirado no seguinte link: <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/sustainableconsumptionandproduction>*).

1972 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo) e criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente): O evento foi um marco e sua Declaração final contém 19 princípios que representam um Manifesto Ambiental para nossos tempos.

1987 – Nosso Futuro Comum: a Comissão Brundtland publicou um relatório inovador, "Nosso Futuro Comum" – que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público.

1992 – Agenda 21: Realizada no Rio de Janeiro, a "Cúpula da Terra", como ficou conhecida, adotou a "Agenda 21", um diagrama para a proteção do nosso planeta e seu desenvolvimento sustentável, a culminação de duas décadas de trabalho que se iniciou em Estocolmo em 1972. Em 1992, a relação entre o

meio ambiente e o desenvolvimento, e a necessidade imperativa para o desenvolvimento sustentável foi vista e reconhecida em todo o mundo.

2002 – Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável: Realizada em Johannesburgo, (África do Sul) entre 8 de agosto e 4 de setembro, para fazer um balanço das conquistas, desafios e das novas questões surgidas desde a Cúpula da Terra de 1992. Foi uma Cúpula de “implementação”, concebida para transformar as metas, promessas e compromissos da Agenda 21 em ações concretas e tangíveis, conhecida como Rio+10.

2012 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20): realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. O objetivo da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

2015 – Cúpula de Desenvolvimento Sustentável: ocorreu em Nova York, na sede da ONU. Nesse encontro, todos os países da ONU definiram os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável que deve finalizar o trabalho dos ODM e não deixar ninguém para trás. Com prazo para 2030, mas com o trabalho começando desde já, essa agenda é conhecida como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Mais informações [aqui](#).

- 10YFP – Quadro Decenal de Programas sobre Consumo e Produção Sustentáveis

Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012, os Chefes de Estado adotaram o Quadro Decenal de Programas sobre Consumo e Produção Sustentáveis (10YFP), da sigla em

inglês de *10-Year Framework Programmes on Sustainable Consumption and Production Patterns*), um quadro global de ação para acelerar a transição para o Consumo e Produção Sustentáveis nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Principais Objetivos

- Acelerar a mudança em direção a PCS, apoiando políticas e iniciativas regionais e nacionais.
- Contribuir para a eficiência do uso dos recursos e para a dissociação do crescimento econômico, da degradação ambiental, gerando trabalho decente e oportunidades econômicas e contribuindo para a erradicação da pobreza e a promoção de prosperidade compartilhada.
- Integrar PCS em políticas, programas e estratégias de desenvolvimento sustentável e também nas estratégias de redução da pobreza conforme o caso.
- Apoiar o desenvolvimento de capacidades e facilitar o acesso à assistência técnica e financeira para países em desenvolvimento, apoiando a implementação de atividades de PCS nos níveis regional, sub-regional e nacional. Os programas do 10YFP proporcionam plataformas abertas e inclusivas de colaboração pelas quais as partes interessadas de todos os setores e de todas as regiões do mundo podem trabalhar juntas e de forma sistemática para atingirem, coletivamente, as metas dos programas e os objetivos gerais do 10YFP. Novos programas poderão ser adicionados no futuro.
- Servir como plataforma de conhecimento e informações sobre PCS, possibilitando que todas as partes interessadas compartilhem ferramentas, iniciativas e boas práticas, aumentando a sensibilização e fortalecendo a cooperação e o desenvolvimento de novas parcerias.

O papel do Ministério do Meio Ambiente no 10YFP

O MMA atua como ponto focal do Brasil junto ao 10YFP, com o objetivo de apoiar as atividades coordenadas pelo Programa, em apoio às regiões e aos países no sentido de avançar a agenda de PCS. Atualmente, o MMA está diretamente participando de três programas em apoio ao 10YFP: Estilo de vida

sustentáveis e Educação, Informação ao Consumidor e Programa Compras Públicas Sustentáveis.

Além disso, o MMA:

- Apoia o fundo fiduciário do programa para lançamento de editais que visam à apresentação de propostas de apoio à implementação de PCS em países em desenvolvimento, de acordo com as áreas de atuação dos programas.
- Sediou, em conjunto com o PNUMA, a primeira **Conferência de Cooperação Sul-Sul sobre Produção e Consumo Sustentáveis**, realizada em Brasília, em abril de 2017, que teve como objetivo a promoção da cooperação em PCS entre África, América Latina e Caribe, como meio de alcançar os ODS.
- Representa o Brasil no Conselho Regional de Peritos Governamentais da América Latina e Caribe sobre PCS, que reúne os países da América Latina e do Caribe.

Programas temáticos do 10YFP

Atualmente, existem seis programas temáticos e setoriais que agem como “guarda-chuvas” no âmbito do 10YFP, reunindo atores, conhecimento e recursos para fazer avançar PCS em escala crescente.

Os programas buscam: (i) criar sinergias e cooperação, reunindo parceiros e iniciativas já existentes e alavancando recursos em prol de objetivos comuns; (ii) ampliar e replicar políticas de sucesso e boas práticas de PCS em resposta às necessidades, prioridades e circunstâncias nacionais e regionais; e (iii) gerar e apoiar novos projetos e atividades de PCS, atendendo às prioridades e necessidades regionais e nacionais à medida que elas surgem.

- **Programa Compras Públicas Sustentáveis (CPS):** reúne atores interessados na promoção coletiva da oferta e procura por produtos sustentáveis por meio de CPS.

Lideram: PNUMA e co-liderado pelo KEITI (Instituto Coreano de Tecnologia e Indústria Ambiental) e ICLEI (Governos locais pela Sustentabilidade).

Objetivos: a) comprovar os benefícios das CPS, difundindo conhecimento sobre CPS e sua eficácia como ferramenta que promove PCS e de apoio a economias mais verdes e ao desenvolvimento sustentável; e b) apoiar a implementação de CPS na prática, por meio de crescente colaboração e acesso a ferramentas de capacitação e apoio de especialistas em CPS.

- **Informação ao Consumidor (IC):** as informações aos consumidores são definidas como um conjunto de ferramentas e sistemas que possibilitam os consumidores fazerem escolhas mais sustentáveis sobre serviços e produtos, e incluem informações sobre as fases de uso e fim de vida útil. O foco está nas informações apresentadas ao “consumidor” (individual ou final), que incluem informações passadas do governo e de empresas aos consumidores, bem como de um consumidor ao outro.

Lideram: co-liderado por Alemanha, Indonésia e Consumers International

Objetivos: a) melhorar a disponibilidade, acessibilidade e qualidade das informações ao consumidor; b) promover mudanças nos negócios e no governo; e c) melhorar a comunicação para impulsionar mudanças de comportamento.

- **Turismo Sustentável (TS):** tem como missão apoiar a cooperação entre as partes interessadas para o desenvolvimento e a implementação de boas práticas para a eficiência de recursos e baixa emissão de carbono no turismo, reduzindo a perda da biodiversidade, conservando ecossistemas, preservando patrimônios culturais, aliviando a pobreza e melhorando os meios de vida sustentáveis.

Lideram: Organização Mundial do Turismo (OMT) e co-liderado por França, Coreia e Marrocos

Objetivos: a) integrar PCS em regimes e políticas de turismo; b) colaborar para melhorar o desempenho do setor de turismo em PCS; c) promover o cumprimento de orientações e soluções técnicas para prevenir e mitigar os impactos negativos do turismo; e d) intensificar financiamentos e investimento sustentáveis.

- **Estilos de Vida Sustentáveis e Educação (EVSE):** o programa tem como visão um mundo onde estilos de vida sustentáveis são desejáveis, benéficos e acessíveis para todos; possibilitados, apoiados e incentivados por todos os setores da sociedade.

Lideram: co-liderado por Japão, Suécia e o World Wide Fund for Nature (WWF)

Objetivos: a) construir uma visão compartilhada de estilos de vida sustentáveis e alcançar um quadro comum de entendimento através de abordagens multidisciplinares; b) integrar princípios e práticas de estilos de vida sustentáveis em todos os setores da sociedade; c) desenvolver instrumentos e incentivos e prover capacitação; d) empoderar o indivíduo para que adotem estilos de vida sustentáveis, através de educação, sensibilização e participação; e e) mensurar os benefícios da ação voltada para os estilos de vida.

- **Edificações e Construções sustentáveis (ECS):** espera-se alcançar, em 2030, um cenário em que todas as partes interessadas, envolvidas no planejamento, projeto, construção, comissionamento, operações de gestão e desconstrução de edificações tenham um entendimento comum sobre edificações sustentáveis, bem como o conhecimento, os recursos e os incentivos necessários para sua criação, manutenção e uso; estruturas que sejam saudáveis para viver e trabalhar, que utilizem energia, água, terra e outros recursos de maneira sustentável, respeitando os limites ambientais e, finalmente, que tenham o menor impacto adverso possível sobre o mundo natural, apoiando o desenvolvimento social e econômico.

Lideram: Finlândia e co-liderado por World Green Building Council (WGBC), Instituto Real de Tecnologia de Melbourne (RMIT) e ONU Meio Ambiente.

- **Sistemas Sustentáveis de Alimentação (SSA):** a visão proposta pelo programa é que todos os sistemas de alimentação sejam sustentáveis e proporcionem segurança alimentar e nutricional para as gerações presentes e futuras.

Lideram: co-liderado por África do Sul, Suíça, ONG holandesa Vivos e WWF

A ONU Meio Ambiente atua como secretariado do 10YFP.

Mais informações sobre os programas do 10YFP podem ser encontradas [aqui](#).

- GoF47- Grupo de Amigos do Parágrafo 47

O Grupo de Amigos do Parágrafo 47 (GoF47) foi formado pelos governos do Brasil, Dinamarca, França e África do Sul em junho de 2012, no momento em que se percebeu a importância dos relatos corporativos de sustentabilidade, conforme o Parágrafo 47 do documento final da Rio+20. Atualmente, o GoF 47 é composto por 9 países: África do Sul, Argentina, Áustria, Brasil, Chile, Colômbia, Dinamarca, França e Suíça. O grupo é secretariado pela ONU Meio Ambiente.

O trabalho do Grupo de Amigos do Parágrafo 47 está alinhado e inspirado pela Carta do Grupo, publicada em novembro de 2012. Ela reafirma a intenção do GoF 47 de contribuir com o avanço de uma cultura internacional de transparência e responsabilidade corporativa. Os pontos principais são:

- O reconhecimento de que governos têm um papel principal em mover a sociedade para um modelo sustentável de desenvolvimento, devido ao acesso a diferentes instrumentos que podem influenciar positivamente o comportamento das empresas.
- A intenção de juntar governos e outras partes interessadas para desenvolver exemplos de boas práticas na política e regulamentação para promover relatórios de sustentabilidade.
- A ideia de que relatórios de sustentabilidade deveriam se tornar uma prática generalizada para garantir uma economia de mercado transparente e com um bom funcionamento.
- Promover o uso de orientações existentes e muito utilizadas sobre relatos sustentáveis, como princípios, indicadores e enquadramentos (frameworks).
- Países em desenvolvimento e as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) receberão atenção particular para progredirem na temática sobre relatórios de sustentabilidade, se necessário.

4) Governança PPCS: esse contêiner contemplará o Comitê Gestor do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) e os parceiros do MMA nessa temática.

- Texto de abertura

O Brasil aderiu formalmente ao Processo de Marrakesh em 2007, comprometendo-se a elaborar seu Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). A primeira versão do PPCS foi disponibilizada no site do PNUMA em maio de 2008. Essa versão refletia os trabalhos desenvolvidos ao longo de um ano, iniciados ainda no âmbito Comitê Gestor de Produção Mais Limpa, que passou a ser denominado **Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável** a partir de fevereiro daquele ano (Portaria MMA nº 44, de 13/02/2008).

O papel do Comitê Gestor é acompanhar, direcionar e promover atividades de desenvolvimento e implementação do PPCS e de suas prioridades, criando as condições para uma efetiva mudança paradigmática nos processos de produção e consumo. Para alcançar seus objetivos, o Comitê pode convidar outras instituições para colaborar com seus trabalhos.

O Comitê Gestor Nacional de PCS é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e congrega as seguintes instituições:

II - Ministério da Ciência e Tecnologia;

III - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

IV - Ministério de Minas e Energia;

V - Ministério das Cidades;

VI - Ministério da Fazenda;

VII - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

VIII - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS;

IX - Confederação Nacional da Indústria - CNI;

X - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;

XI - Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa - SEBRAE;

XII - Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI;

XIII - Central Sindical envolvida em atividades de gestão ambiental, produção mais limpa e desenvolvimento sustentável;

XIV - Fundação Getúlio Vargas - FGV;

XV - Instituto Ethos;

XVI - Confederação Nacional do Comércio - CNC;

XVII - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC; e

XVIII - Compromisso Empresarial para Reciclagem - CEMPRES.

- Proposta para criação da Plataforma ODS 12: “Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”.

O uso de plataformas digitais é uma tendência mundial que deve continuar crescendo. Plataformas digitais podem ser definidas como “modelo de negócio que permite e estimula a interação entre duas partes ou múltiplos grupos de usuários, geralmente criando um corpo coletivo e solucionando problemas em comum”¹. Esses ambientes interativos podem oferecer diversas funcionalidades.

A proposta de criação de uma plataforma colaborativa para reunir iniciativas relativas ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 12 traz, justamente, a premissa de que são necessários mobilização e estímulo coletivo em prol de alcançar as metas previstas.

Essa ferramenta colaborativa mapeará ações que formarão um grande banco de dados digital. A proposta é buscar mais uma forma de diálogo com a sociedade, que está colocando o ODS 12 em ação, explorando o uso de interfaces digitais e dos novos modos de interação em rede.

ETAPAS

1) O primeiro passo para criação da plataforma é viabilizar uma equipe responsável por Tecnologia da Informação (TI) para discutir como o banco de dados será alocado. No caso do MMA, a equipe responsável pelo site do Ministério pode ser acionada. Boa parte das plataformas digitais colaborativas utilizam *softwares livres* - diz respeito a programas utilizados na internet de código livre para que o usuário possa fazer modificações e replicar o que foi desenvolvido. Outras também optam pelo *crowdfunding* (ou financiamento coletivo): financiamento de uma iniciativa a partir da colaboração de um grupo

¹ <https://secaoweb.com.br/blog/plataformas-digitais/>

(pode ser pequeno ou muito grande) de pessoas que investem recursos financeiros nela².

Com essa mesma equipe, poderão ser discutidos outros detalhes técnicos, tais como:

- **Usabilidade:** é preciso usar uma ferramenta que seja capaz de reunir diversos públicos em torno de um mesmo ambiente digital que seja simples de usar, já começando pelo mecanismo de *login*³. E também precisa ser de fácil inserção das ações. Em termos de interface, o suporte a várias línguas também é desejado.

- **Design:** é ideal ter uma aparência moderna e global, que faça referência aos temas que estão englobados.

- **Desempenho:** a plataforma deve compreender os principais sistemas operacionais, de desktops e dispositivos móveis. Com isso, ela deve também ser criada utilizando códigos flexíveis, para que seja adaptável a todo tipo de tamanho de tela facilmente sem perda de desempenho⁴.

2) O segundo passo é definir parceiros e categorias. A ideia é de uma plataforma colaborativa, ou seja, qualquer pessoa que promova uma iniciativa dentro do escopo do PCS poderá inserir sua experiência no banco digital.

- **Parceiros:** para desenvolver a plataforma, o MMA pode contar com os próprios organismos das Nações Unidas que tratam do tema PCS. Outro tipo de parceria viável é com a academia, pois as universidades possuem conhecimento técnico sobre esse tipo de banco digital.

No aspecto inserção de atividades, a plataforma é abrangente. A proposta de uma plataforma colaborativa é que os próprios executores das ações possam inserir suas iniciativas no banco de dados. No entanto, será necessário alguém responsável do DPCS para validar cada projeto inserido.

² <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-que-e-crowdfunding,8a733374edc2f410VgnVCM1000004c00210aRCRD>

³ <http://grupo-ecausp.com/digicorp/wp-content/uploads/2015/05/Paulo-Andr%C3%A9-Barros-Alves.pdf>

⁴ <http://grupo-ecausp.com/digicorp/wp-content/uploads/2015/05/Paulo-Andr%C3%A9-Barros-Alves.pdf>

- **Categorias:** a plataforma poderia ser dividida em duas grandes categorias - produção e consumo. A partir desta classificação, abririam outros filtros: tipo de instituição (pública, privada, sociedade civil, acadêmica) e localidade (estado, município, comunidade), por exemplo.

Outro aspecto importante é garantir que as iniciativas inseridas sejam datadas (se ocorreram em algum período e já foram encerradas, por exemplo, ou se são atividades contínuas) e também permitir que sejam disponibilizados os contatos das pessoas responsáveis por cada projeto. Isso garantirá a disseminação das ações e a possibilidade de reprodução de projetos com o mesmo intuito.

EXEMPLOS DE PLATAFORMAS

Uma das primeiras plataformas digitais que abordou o tema consumo consciente foi a [Consumo Colaborativo](#). O próprio site se define como o primeiro portal brasileiro de consumo colaborativo, criado em 2013, com o propósito de reunir informações sobre o consumo colaborativo e sobre as novas economias que estão impactando de forma positiva, milhões de pessoas e o planeta. É um portal de conteúdo e não possui atualmente sites ou projetos para participações, financiamentos, etc.

Outra plataforma que merece destaque é a [EducaRES](#), do próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA), que reúne experiências sobre educação ambiental e comunicação social com resíduos sólidos.

Seguem abaixo outros modelos de plataformas com características distintas. Algumas direcionam-se para públicos específicos, mas traduzem o conceito moderno de banco de dados digital, algo que tem sido adotado por diferentes tipos de atores.

- [Mapas Culturais](#): É um software livre para mapeamento colaborativo e gestão da cultura que contribui tanto para qualificar a gestão pública, ao promover mais eficiência, quanto para a sua atualização frente às novas Tecnologias da Informação e Comunicação. O sistema é alimentado de duas formas: pelo poder público, que insere na plataforma informações sobre os equipamentos culturais, programações oficiais, editais, etc.; e pela população em geral, que

se cadastra como agente de cultura (individual ou coletivo) e pode divulgar suas próprias programações⁵.

- [Kickstarter](#): Uma das maiores plataformas de financiamento coletivo do mundo. Foi criada em 2009 e já financiou mais de 50 mil projetos com um montante superior a US\$ 833 milhões. Conhecido como *Crowdfunding* ou financiamento coletivo: uma nova maneira de captar recursos para concretizar projetos. Ele se organiza por meio de plataformas online (sites, blogs, redes sociais etc.) e seu objetivo é reunir pessoas que precisam de financiamento para projetos e potenciais apoiadores dessas ideias⁶.

- [Plataforma Pró-Livro](#): Lançada em abril de 2017, pelo Instituto Pró-Livro, é uma ferramenta digital destinada à construção colaborativa de um mapeamento de ações de fomento à leitura que são realizados em todo o Brasil.

- [Update](#): Plataforma que reúne 700 “projetos, ações e ferramentas” de participação política de 20 países latino-americanos. Lançado pelo Laboratório de Inovação Política na América Latina, em maio de 2016, os projetos catalogados nesse grande banco de dados têm em comum a ambição de promover “transparência, participação cidadã, cultura política, controle social, comunicação independente e governo 2.0”⁷.

- [Plataforma do Parque Tecnológico Virtual do Paraná \(PTV Paraná\)](#): Em julho de 2017, mais de cinco mil ativos tecnológicos já tinham sido cadastrados na plataforma do Parque Tecnológico Virtual do Paraná (PTV Paraná). Quase a metade dos registros é de projetos e iniciativas inovadoras realizadas em todo o estado. O PTV Paraná centraliza os ativos tecnológicos e processos de negócios em uma plataforma única, reunindo institutos de ciência e tecnologia (ICT), núcleos de inovação tecnológica (NIT), empresas de base tecnológica, incubadoras e parques tecnológicos, centros de promoção de empreendedorismo, entidades prestadoras de serviços tecnológicos e

⁵ <https://institutotim.org.br/project/mapas-culturais/>

⁶ <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/crowdfunding-reune-financiadores-anonimos-de-projetos,8f0b54f77d76f410VgnVCM1000004c00210aRCRD>

⁷ <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/05/05/Conhe%C3%A7a-6-iniciativas-de-quem-n%C3%A3o-est%C3%A1-nada-desanimado-com-a-pol%C3%ADtica>

instituições de ensino e pesquisa. As universidades estaduais são as que mais cadastraram suas ações inovadoras na plataforma⁸.

- [Plataforma de Análise de Dados do Governo Federal \(GovData\)](#): Lançado em maio de 2017, pelo Ministério do Planejamento, a plataforma digital reúne as principais bases de dados do governo federal de forma a permitir o acesso mais ágil a informações e o cruzamento de dados de órgãos da administração pública.

EXEMPLOS DE INICIATIVAS

Muitas ações da sociedade, dos governos, da iniciativa privada, de instituições em geral, já estão focando na produção e no consumo sustentáveis. São experiências que poderão ser incluídas na Plataforma ODS 12. Confira algumas:

- [Projeto Inclusão de Critérios Ambientais nas Compras e Contratações da UFSC](#): Propõe incluir, nas etapas pertinentes do fluxo de compras, critérios de sustentabilidade além dos econômicos correntes, em todas as modalidades de compras e contratações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *Está associada à meta 12.7: Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.*

- [Patrulheiros da Conservação Even](#): Essa é uma das ações da Even Construtora. Patrulheiros da Conservação é um projeto educativo sobre sustentabilidade. Na iniciativa, colaboradores voluntários da companhia utilizam o teatro de fantoches para abordar de forma divertida e dinâmica temas relacionados ao uso dos recursos naturais e a questões sociais. *Está associada à meta 12.2: Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.*

- [ONG Trevo](#): Uma das pioneiras na coleta e reciclagem de resíduos de óleo e gordura de fritura. Tem como missão defender o meio ambiente e seus recursos naturais, com ênfase na reciclagem de materiais, em particular óleos e gorduras de fritura, os quais, após processo de reciclagem e beneficiamento,

⁸ <http://portal.tecpar.br/noticia/parque-tecnologico-virtual-do-parana-reune-mais-de-cinco-mil-iniciativas/>

tornam-se insumos de produção, a custos baixos, em usinas de biodiesel. *Está associada à meta 12.5: Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.*

- [Programa Educar para uma Cidade Sustentável](#): é o programa municipal de educação ambiental da cidade do Recife (PE). Uma das diretrizes desse programa é a formação de educadores ambientais. *Está associada à meta 12.b: Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.*

- [Gastromotiva](#): Desenvolvem ações, dentre elas cursos de Capacitação em Cozinha, promovendo a gastronomia social. *Está associada à meta 12.3 do ODS 12: Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.*

Como se pode observar a partir dos exemplos, a Plataforma do ODS 12 terá um campo amplo de atuação, podendo virar referência de ações de mobilização em prol das metas contidas no Objetivo 12. O esforço começa na decisão institucional de levar adiante esse projeto, definição dos parceiros ideias e de um prazo para que a plataforma seja concretizada o mais breve possível.

- **Levantamento de mecanismos de comunicação para o DPCS** *(que contemplam os itens de A-5 a A-7: estratégias para maximizar a utilização das ferramentas de comunicação atualmente disponíveis no MMA; proposta de novas ferramentas de comunicação e identificar a necessidade de recursos tecnológicos e humanos para implementação da Estratégia de Comunicação):*

Ao longo desta consultoria, foi constatado que o DPCS não consegue ganhar a visibilidade que os temas abordados no Departamento exigem. Um exemplo é o mês de outubro, chamado de Mês do Consumo Consciente, que não foi nem citado na página principal do MMA, tampouco alguma matéria foi publicada que citasse o assunto. Foram publicadas 58 matérias no mês de outubro de 2017, e nenhuma delas fez menção ao mês do consumo consciente.

Os assuntos do Departamento possuem relevância mundial para que fiquem “apagados” da pasta do MMA. A mobilização necessária para mudar os padrões de produção e consumo precisa passar por uma comunicação eficaz e qualificada. Por isso, essa última parte do projeto vem apontar os mecanismos necessários para ampliar a visibilidade dos temas do DPCS, a partir de uma reestruturação que envolva a comunicação como prioridade. Tal reestruturação também permitirá que as iniciativas listadas no produto número 2 (quadro de ações de comunicação) desta consultoria sejam executadas com a possibilidade de serem até ampliadas.

NUCOM

A primeira sugestão é a criação de um Núcleo de Comunicação (NUCOM). Um Núcleo de Comunicação institucional consiste em um setor especializado de Comunicação Social, com profissionais de diversas habilitações, tais como: jornalista, designer, webdesigner, fotógrafo. O NUCOM geralmente é responsável por divulgar eventos e informações de interesse do setor em que atua, articulando públicos internos e externos.

Sua lotação está, na maioria das vezes, vinculada ao gabinete do(a) secretário(a) ou do(a) diretor(a). Cabe, portanto, uma ressalva de que um NUCOM bem estruturado poderia atender, certamente, toda a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC), caso fosse interesse lotá-lo no gabinete. Assim, o Núcleo teria acesso a todos os departamentos da secretaria e faria a ponte com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) do MMA.

Para exemplificar como seria a estruturação de um Núcleo de Comunicação, foi entrevistada a coordenadora do NUCOM da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde, Natália Pinheiro. O objetivo foi buscar uma referência externa de um NUCOM estruturado, pois no MMA existem alguns setores com profissionais de comunicação atuando, mas não da forma como este projeto está sugerindo. Seria uma novidade que caberia até ser implantada em outros níveis.

Na equipe coordenada por Natália Pinheiro, que já está na secretaria há seis anos, trabalham mais dois jornalistas e um designer. Trabalhando junto ao NUCOM, também está o Núcleo de Eventos e Cerimonial (NEC). Todos estão lotados no gabinete do secretário. Natália explica que ela, como coordenadora, possui acesso fácil às autoridades da secretaria. Isso é uma premissa importante, pois o coordenador do NUCOM precisa ter facilidade para falar com os gestores que ela assessora (secretário e diretores). Isso garante uma comunicação rápida e previne crises.

O NUCOM da SGTES é responsável por acompanhar os trabalhos da secretaria para avaliar o que rende interesse por parte da imprensa (a equipe do NUCOM que fazer esse “meio de campo” com a ASCOM do órgão); preparar material de comunicação para o secretário (como briefing, relatórios); acompanhar viagens (faz o assessoramento de imprensa prévio, durante e após a viagem); fotografa (já que não há um fotógrafo específico no setor); faz clipping (selecionar notícias em jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação, para resultar num apanhado de recortes sobre assuntos de interesse de quem os solicita ou da repercussão de determinada agenda/evento); produz informe eletrônico da secretária (que reúne tudo que a

secretaria realizou nos últimos dias); faz comunicação interna da secretaria (pautas internas, aniversariantes); dentre outras funções.

Ao descrever essas atribuições, pode-se verificar as frentes que o NUCOM pode trabalhar. A primeira delas é a **intermediação entre a área técnica e a ASCOM**, ou seja, os jornalistas do NUCOM acompanham os temas de perto e auxiliam a filtrar aquilo que pode render interesse da imprensa e repassar para a ASCOM. Assim como também são responsáveis por levar à ASCOM os eventos e lançamentos que estão previstos e necessitam de divulgação.

O fluxo de informações do NUCOM da SGTES funciona da seguinte forma: as áreas técnicas não falam diretamente com a ASCOM. Usam o NUCOM para repassar as informações que querem que sejam divulgadas e o Núcleo avalia e repassa, se for o caso. Quando a ASCOM precisa entrar em contato com a área, também se reportam primeiramente ao NUCOM. Esse fluxo garante uma otimização das prioridades e dos assuntos tratados.

Outro papel que pode ser inferido é o de **assessoramento de autoridades**. O NUCOM lida diretamente com os secretários, diretores e suas respectivas áreas técnicas. Portanto, ficam munidos de mais informações e acompanham as atualizações dos temas diariamente, facilitando a comunicação e permitindo um trabalho mais focado e qualificado. A ASCOM de um órgão, por conta dos inúmeros temas que precisa lidar constantemente e por ter um trabalho mais direcionado ao ministro, além de contornar diversas crises de comunicação e ter que lidar com a imprensa, não consegue fazer esse trabalho mais específico das secretarias. O NUCOM cumpre muito bem esse papel, possibilitando ir além: acompanhar viagens, prestar assessoria local e apresentar o retorno na mídia.

O terceiro aspecto é o de **comunicação interna**. Um NUCOM consegue estar a par do que acontece na secretaria e atender a demandas pontuais. Assim, poderá dispor de meios de comunicação que atenda às necessidades da secretaria. A coordenadora do NUCOM da SGTES explica que o boletim interno, por exemplo, permite que todas as áreas saibam o que cada uma está

fazendo. Essa integração é essencial para o sucesso da comunicação institucional.

Dentre as ferramentas de comunicação do NUCOM está o monitoramento do site da secretaria ou do departamento. Essa é uma demanda do DPCS que precisa manter o site atualizado, moderno e acessível. A equipe do NUCOM tem como uma das funções cuidar para que o site tenha sempre as informações adequadas.

No tocante à mídia digital, no Ministério da Saúde há uma orientação de que as secretarias podem ter página no Facebook e conta no Twitter (só secretarias, departamentos não podem). Eles alegam que essa permissão é por conta do público e tema específico que cada secretaria possui e acreditam que essas páginas não concorrem com os perfis oficiais do órgão. Essa é uma questão que fica em aberto para ser avaliada pela SAIC juntamente à ASCOM. No segundo produto desta consultoria, por exemplo, foi questionado o motivo de o MMA não ter uma página na rede social LinkedIn. Cabe dialogar com a ASCOM para verificar a possibilidade de se criar um perfil do órgão ou da secretaria.

Um NUCOM precisa de um espaço físico, com computadores e telefones. Câmeras que fotografem e filmem são adicionais que conferem ainda mais qualidade ao serviço prestado. Com base na experiência do NUCOM da SGTES podemos ver que existem inúmeras possibilidades de se qualificar a comunicação interna e externamente.

FERRAMENTAS ATUAIS

Existem outras iniciativas (menos complexas do que montar um Núcleo de Comunicação) que também podem ser incorporadas ao DPCS. Vale reforçar, primeiramente, que o departamento possui uma equipe reduzida à luz da importância dos temas com que lidam. Essa quantidade reduzida faz com que haja uma sobrecarga e algumas questões não conseguem evoluir. A comunicação é um desses aspectos que acaba sendo negligenciado.

Uma solução mais imediata seria a contratação de um jornalista (nesse caso, sem uma equipe que formaria um NUCOM) que atendesse às demandas

mais urgentes do DPCS. Ele trataria de muitos dos aspectos citados como responsabilidade do NUCOM, embora em menor escala. Um estagiário com habilitação em jornalismo também é uma opção mais viável ao atual cenário.

A questão primordial é que é necessário haver um planejamento na área, para que o tema PCS seja divulgado com afinco. Nem que seja a solicitação de mais um analista ambiental com esse perfil de comunicação. O tema precisa ser tratado como prioridade para que o 2º Ciclo do PPCS alcance resultados ainda melhores do que o 1º.

O segundo produto desta consultoria trouxe uma relação de ações para serem desenvolvidas com públicos distintos em meios diferenciados. Para que seja possível executar tais ações, seria ideal ter um profissional de comunicação para tratar dessas iniciativas em parceria com a ASCOM.

Inclusive, o fluxo com a ASCOM pode ser melhorado. Segue uma sugestão de roteiro: a cada 15 dias pode haver uma “reunião de pauta”, que significa reunir a diretoria com a equipe do DPCS para repassar as ações que estão em curso e definir quais podem/precisam do suporte da ASCOM. Isso vale para eventos, estudos em andamento, viagens e agenda do(a) diretor(a), por exemplo. Eventualmente os jornalistas da ASCOM fazem essa varredura nas áreas em busca de pautas; no entanto, é importante o DPCS se antecipar e já incorporar essa ação na rotina do departamento.

Por fim, o DPCS pode aproveitar melhor as ferramentas atuais de comunicação da ASCOM. A assessoria já faz, por exemplo, “posts” nas redes sociais oficiais do MMA sobre temas do DPCS. O departamento pode sugerir novos assuntos e diferentes abordagens. Também pode repassar vídeos e textos próprios ou de parceiros que possuem a chancela do MMA. Estabelecer uma rotina de pautas é o essencial no momento, para não deixar de lado nenhum acontecimento importante e para ganhar mais visibilidade dos temas primordiais do departamento.

CONCLUSÃO

As três iniciativas contidas neste último projeto – a reformulação para um site acessível e moderno, a criação de uma plataforma digital de PCS e a estruturação de um “setor” de comunicação no DPCS/SAIC – convergem para a priorização da comunicação com o público, mostrando a importância e a urgência das mudanças em todas as esferas envolvidas com a temática. Para que o site e a plataforma funcionem de forma adequada, é necessário ter profissionais qualificados; por isso, a sugestão de priorizar a comunicação no setor.

Vale reforçar que as mudanças no portal do PPCS já estavam em curso, e esta consultoria veio contribuir para a melhoria do processo. No entanto, ainda faltam alguns detalhes a serem finalizados pelo departamento técnico e pela ASCOM. Os textos também estão abertos a novas contribuições, de acordo com as prioridades do MMA.

Produção e Consumo Sustentáveis é agenda que abrange toda a sociedade. Por isso, os caminhos para o êxito das metas da ONU passam justamente por uma comunicação bem estruturada, que permitirá acesso geral a informações, que podem gerar mudança de comportamento. Não há como ficar inerte ao conhecimento sobre o preço que o meio ambiente tem pago por conta do seu uso insustentável.